ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Décima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. "Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Dez da Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 69 e 70/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; E-mail Transfere.gov.br; Ofícios nºs 199 e 1.631/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Paulo Mara Caseiro e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Gleice Jane e Zé Teixeira.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Não houve oradores inscritos.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 287/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de João Ferreira Neto; requerimentos de moções de pesar, de autoria dos deputados Pedrossian Neto e Gleice Jane, endereçadas aos familiares de Juliana Domingues; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Diocese de Corumbá, em razão da posse do novo bispo, Dom João Batista de Oliveira, ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, de Miranda, classificados para integrar a delegação brasileira no ITMC (International Talent Mathematics Contest) 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor desembargador Carlos Eduardo Contar, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, representante da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pelos noventa e três anos de criação da Justiça Eleitoral, uma consolidação da democracia; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos sete alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, que competem na International Talent Mathematics Contest (ITMC), em Bangkok, na Tailândia;*

requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares cabo Letícia Rodrigues Moraes, soldado Gean Henrique de Oliveira, soldado Paulo Giovani Lopes, por terem realizado a prisão do assassino da jornalista Vanessa Ricarte, bem como aos policiais militares terceiro-sargento Bernardo Teixeira Domingues, soldado Kefne Ferreira Barbosa, soldado Nicolas Bruno Dias dos Santos, cabo Silveira e soldado Amorim, que logo após a prisão do assassino chegaram ao local, realizaram os primeiros socorros à vítima, estancando a lesão e fazendo manobras de reanimação até a chega do Corpo de Bombeiros. Os policiais ainda mantiveram a ordem e preservaram o local do crime para que fosse realizada perícia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), no município de Corumbá, em razão do excelente trabalho prestado no programa e na proteção de crianças e adolescentes; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara no dia 12 de março de 2025, das 14h às 17h, para a realização de reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; requerimento, de autoria do deputado Lidio Lopes, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 5 de maio de 2025, no período das 19h às 22h, para realização da Sessão Solene para entrega da Medalha do Mérito Força Expedicionária Brasileira, em comemoração aos oitenta anos da FEB, edição do ano de 2025; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2025, pelo doutor Almir Martins, para apresentar uma pesquisa clínica e molecular para tratamento de Autismo (TEA) e outras doenças complexas; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando sua designação como representante, para compor o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Agricultura Familiar (Cedraf/MS), reorganizado pelo Poder Executivo, através do Decreto nº 16.487, de 15 de agosto de 2024; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Neno Razuk e Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Marcio Fernandes, João Henrique, Lia Nogueira, Coronel David, Zé Teixeira, Pedro Kemp, Lucas de Lima, Roberto Hashioka e Jamilson Name. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o nobre deputado Coronel David, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Coronel David - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2025: Ofício nº 065/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando prestação de contas relativas às subvenções repassadas pelo Governo do Estado à Cassems; Ofício nº 196/2025, do Ministério da Educação, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3695/2024); Ofício nº 100/2025, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 131/2025); Carta nº 288/2025, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 038/2025).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar três indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento entre as avenidas Conde de Boa Vista e Prefeito Lúdio Martins Coelho, no Residencial Aquarius, na região do Jardim Santa Emília, em Campo Grande. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual 8 de Maio, localizada no município de Iguatemi (MS). E, por último, indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agetran, solicitando a instalação de um redutor de velocidade do tipo quebra-molas na rua Filomena Cáceres, entre as ruas Dorcelina Folador e Santo Augusto, no Parque Iguatemi, em Campo Grande.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Senhor presidente, trago três expedientes aqui. O primeiro é uma moção de congratulação à polícia. Deputado Coronel David, muitas vezes a polícia recebe críticas quando ocorre alguma falha em sua atuação, então, quando há ações eficazes, precisamos também reconhecer. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso à equipe da Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros (Garras), pelo êxito na identificação e investigação que resultou na prisão de integrantes de uma quadrilha chilena especializada em furtos e fraudes bancárias. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, por iniciativa do deputado Caravina, aplaude toda a equipe da Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros (Garras), pelo brilhante trabalho na identificação e investigação que resultou na prisão de criminosos responsáveis pelo furto de cem mil reais em agências bancárias de Campo Grande, demonstrando eficiência, estratégia investigativa e rápido combate à criminalidade, reforçando o compromisso com a segurança da população sul-mato-grossense. Deputado Coronel David e demais parlamentares, trata-se de uma moção de aplauso ao trabalho realizado pela equipe do Garras, destacando sua rapidez, eficiência e dedicação. Sempre defendemos aqui que a polícia sul-mato-grossense é eficiente, tanto a Polícia Militar, deputado Coronel David, quanto a Polícia Civil. No caso específico, foi uma atuação da Polícia Civil em uma investigação de furtos a agências bancárias. Era uma

quadrilha especializada vinda de fora, e a polícia sul-mato-grossense demonstrou eficiência e agilidade na elucidação do crime. Quando há ações dessa magnitude, precisamos reconhecer e aplaudir esses profissionais. Peço o apoio dos demais parlamentares na aprovação dessa moção de aplauso à equipe do Garras. Trago também uma indicação para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de reparos e manutenção, com especial atenção ao patrolamento da estrada MS-464, no acesso ao distrito da Debrasa, no município de Brasilândia. O trecho encontra-se em condições precárias, dificultando o tráfego de veículos e colocando em risco a segurança dos moradores e usuários. Esse pedido veio da classe política de Brasilândia, especialmente do vereador Edinho do Master. A região da MS-464 é um importante corredor para o escoamento de eucalipto e outros produtos agrícolas, mas, atualmente, está sem condições adequadas de utilização. Portanto, solicitamos que a manutenção seja realizada o mais rápido possível. E, por fim, a última indicação, senhor presidente é para que, após ouvido o colendo Plenário da Assembleia Legislativa, seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agraer, Washington Lima de Souza, solicitando a disponibilização de um técnico agrícola especializado para atendimento aos produtores rurais e famílias do município de Anaurilândia, garantindo um suporte eficaz e regular para essa demanda essencial ao desenvolvimento agrícola local. Essa solicitação vem do vereador Leonardo Jesus Godoy, do município de Anaurilândia. Atualmente, o escritório da Agraer na cidade conta com apenas um único servidor. Muitas vezes, quando esse servidor precisa se ausentar por questões de saúde, a agência fica fechada, prejudicando o atendimento aos produtores locais. Em uma região essencialmente agrícola como Anaurilândia, é fundamental a presença de um técnico agrícola para prestar assistência à população. Então, essa indicação é para pedir que a Agraer providencie esse técnico para ser lotado no município de Anaurilândia, atendendo ao pedido da classe política local e, principalmente, ao anseio da população de Anaurilândia. Senhor presidente, por hoje é só.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Apresento algumas indicações, senhor presidente. A primeira é direcionada aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a destinação de recursos da União para a implantação do Projeto Saúde no Prato, na Escola Municipal Professora Íria Lúcia, localizada no município de Dourados. O objetivo é promover a restauração e adequação da cozinha da instituição, garantindo melhores condições de segurança alimentar e nutrição aos alunos. Outra indicação é para a senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando o conserto de um bueiro na rua Maracaju, esquina com a rua 13 de Junho, no centro de Campo Grande, incluindo a troca da grade de proteção e a recuperação das estruturas laterais da boca de lobo. Também faço uma indicação à prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando a limpeza das bocas de lobo existentes na rua Paulo Kayama com a rua Petrópolis, localizada

no bairro Conjunto União, nesta capital. Por fim, senhor presidente, apresento uma indicação ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando apoio e empenho no direcionamento de recursos da União para a ampliação da Unidade Básica de Saúde do Jardim Carisma, no município de Dourados. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, solicitando medidas para a reabertura do posto policial no distrito de Quebracho e a fixação de um efetivo no posto policial local, no município de Anaurilândia. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Rone Pardini, do Republicanos. Além disso, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, doutor Maurício Simões, para que seja realizada a aquisição de um equipamento com berço aquecido para o Hospital Rita Antônio Maciel Godoy. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pela vereadora Meire Leite Vieira. A ala neonatal do hospital atende um número crescente de recém-nascidos, muitos dos quais prematuros ou com baixo peso ao nascer. Esses bebês são particularmente vulneráveis a problemas de termorregulação, sendo incapazes de manter a temperatura corporal adequada sem assistência, então, o berço aquecido contribuirá para a melhoria da qualidade do atendimento neonatal e, consequentemente, para o aumento das taxas de sobrevivência e bem-estar dos pacientes mais vulneráveis. Ressaltamos que este equipamento atenderá a uma demanda urgente, e é fundamental para o adequado funcionamento da unidade de cuidados intensivos neonatais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui um requerimento. Estou apresentando um expediente requerendo informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, a respeito das duas pontes de concreto sobre o rio Samambaia, no município de Nova Andradina. Lembrando que, conforme divulgação oficial, as obras das referidas pontes deveriam ter sido iniciadas

em 27 de dezembro de 2022, com investimento superior a três milhões e trezentos mil reais. Portanto, requeiro informações sobre a situação atual do projeto, a previsão assertiva para o início das obras e esclarecimentos sobre eventuais obstáculos que estejam impedindo sua execução. A população de Nova Andradina e do distrito de Nova Casa Verde aguardam uma solução urgente para essa questão, que tanto impacta a mobilidade e o desenvolvimento local. Também tenho aqui uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, para que verifique a possibilidade de envio ao Posto de Identificação da Polícia Científica de Água Clara de equipamentos como mesa digitadora, máquina fotográfica, scanner e outros dispositivos necessários para o regular funcionamento operacional daquela unidade. A presente indicação decorre do Ofício nº 02/2025, encaminhado pelo vereador Cleison Vital, do município de Água Clara. Senhor presidente, aproveito a oportunidade para registrar a presença do Nei Olegário, que já foi vereador no município de Batayporã, junto com o Jamilson, do município de Taquarussu, que estão nos visitando nesta manhã. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, nós apresentamos a esta Casa um projeto que visa instituir o aluguel social para mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica. Algumas semanas depois, o Governo do Estado fez uma proposição semelhante. Dessa forma, eu gostaria de formular uma questão de ordem, com fundamento no artigo 186, inciso I, e no artigo 184 do Regimento Interno da Assembleia. O artigo 184 determina que proposições que tratem de matérias correlatas e interdependentes serão anexadas à mais antiga, de ofício pelo presidente ou mediante requerimento de qualquer deputado — o que faço nesta questão de ordem. Já o artigo 186 estabelece que a distribuição de matérias nas comissões será feita pelo presidente, cumprindo a pauta, e que, antes da distribuição, o presidente deverá verificar se há proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa. Em caso afirmativo, deve-se proceder à distribuição por dependência, determinando a devida apensação após sua enumeração. Para que Vossa Excelência tenha ideia, o nosso projeto foi numerado como 35/2023, enquanto o projeto do governo recebeu a numeração 37/2025, então, acredito que há um erro na numeração, senhor presidente, pois o nosso projeto foi apresentado em março de 2023 e ainda está em trâmite. Por isso, peço que Vossa Excelência faça a devida verificação, pois, além da semelhança nos valores, ambos os textos tratam de violência doméstica e podem ser analisados de maneira conexa no Plenário, permitindo que um complemente o outro, algo que normalmente ocorre quando dois parlamentares — independentemente de o projeto ser do Executivo ou do Legislativo — têm projetos

que tramitam de maneira conexa e interdependente. Portanto, senhor presidente, peço apenas que o nosso texto possa ser discutido de forma conjunta, independentemente do projeto do Executivo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor está falando do projeto do Executivo que está na pauta de hoje, que estava ontem na CCJR?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Isso, senhor presidente; foi por acordo de líderes. Então, a única coisa que eu gostaria é que fosse apensado, para que pudesse ser apreciado e discutido nas comissões.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para responder de antemão, como eu não sei se há vício de competência ou de iniciativa, eu não posso apreciar, até porque não estou com o projeto. Cabe à CCJR. O que podemos fazer é manter a votação que está com acordo de liderança e, na comissão de mérito, determinar o apensamento para que, se necessário, volte para a CCJR. Mas mantemos a votação hoje e determinamos à assessoria que anexe e apense para avaliação da comissão de mérito a necessidade de retorno à CCJR ou não. Se Vossa Excelência concordar, já determino dessa maneira.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — [Trecho inaudível por falha na gravação]... por conta da calendarização. Isso é uma faculdade que o Regimento deu, então cabe a mim fazer a questão de ordem para que possa ser discutido dessa forma.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — [Trecho inaudível por falha na gravação]... Vossa Excelência será atendido. Será atendida a sua solicitação da determinação do apensamento, após a votação. Então, determino já à assessoria que, assim que votar hoje, seja apensado para análise da comissão de mérito. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, bom dia! Cumprimento todos os colegas presentes, a imprensa e todos aqueles que nos prestigiam. Apresento uma indicação e uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhada indicação deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, por cópias autônomas, solicitando a viabilização de recursos para pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais e instalação da rede pública de esgoto no bairro Jardim Pelicano, no município de Dourados. A presente demanda justifica-se no pedido do vereador Laudir Munaretto, da Câmara Municipal de Dourados, por meio da Indicação nº 123/2025, lida e aprovada na sessão plenária daquela Câmara Municipal, conforme o documento anexo. Também, senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares capitão PM Raphael Silva de Almeida, sargento PM Wylliam Marques de Carvalho,

cabo PM Jose Souza Oliveira Junior, cabo PM Lucas Ferreira de Vasconcelos, cabo PM João Paulo da Silva Lima, cabo PM Jose Rodrigo Mociaro Castilho e cabo PM Ladson Arruda de Moura Chaves, todos do Departamento de Operação da Fronteira (DOF), em reconhecimento à atuação exemplar, que resultou na rápida resposta e na prisão dos envolvidos em um crime de pistolagem, ocorrido no município de Jardim. Os policiais, demonstrando elevado profissionalismo e compromisso com a segurança pública, reagiram prontamente após tomarem conhecimento do crime, mobilizando esforços estratégicos que levaram à captura dos suspeitos. A ação coordenada foi fundamental para impedir a impunidade e reforçar a presença do Estado no combate à criminalidade, especialmente em uma região sensível como a da fronteira. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, todos os colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação ao Governador do Estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a realização de concurso público para o provimento de cargos de perito oficial forense, abrangendo peritos criminais e peritos médicos legistas, a fim de suprir a deficiência de profissionais na perícia oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, além da valorização salarial para a categoria; um dos motivos que tem levado esses profissionais a pedirem exoneração, considerando que esse déficit de profissionais pode se agravar nos próximos meses, pois outros dezoito profissionais passaram em concurso para perito criminal e perito médico legista no Estado do Paraná e no Estado de São Paulo, com melhores remunerações. Considerando que hoje Mato Grosso do Sul encontra-se em 24º lugar no ranking dos estados, considerando também o crescente aumento do número de feminicídios e de violência doméstica contra a mulher em nosso estado, e do atendimento desses crimes realizado pela categoria; considerando que alguns plantões e cidades do interior já cumprem escala em branco, comprometendo a qualidade e a severidade desses atendimentos por falta de pessoal, o que pode comprometer a segurança pública e a justiça; considerando ainda que a falta de pessoal tem acarretado sobrecarga de trabalho aos demais servidores, comprometendo também a saúde física e mental dos peritos da ativa; considerando que nos próximos anos, com a efetivação da Rota Bioceânica, haverá necessidade da criação de pelo menos mais duas unidades regionais de perícia e identificação em Maracaju e Porto Murtinho, solicitamos urgência nesse concurso para Mato Grosso do Sul, bem como a valorização salarial da categoria, a fim de manter os atuais e novos peritos oficiais forenses no estado, sem que haja prejuízos no atendimento à população, como atrasos nos laudos periciais e investigações criminais. E, por último, senhor presidente, encaminho também uma indicação ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Marcelo Miglioli, solicitando limpeza e manutenção em todos os bairros de Campo Grande, pois, diante das chuvas, realmente precisam desse atendimento em algumas ruas intransitáveis. Eu gostaria de deixar sobre a mesa também essa reivindicação, ao seu correligionário e amigo doutor Marcelo Miglioli. É o que eu tinha

para hoje, senhor presidente. Aproveito para desejar a Vossa Excelência, aos demais colegas e a todos que estão aqui, um feriado com paz, com saúde, e que possamos viver dias melhores em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e todos presentes aqui nesta Casa. São várias as indicações à Prefeitura de Campo Grande. A primeira é para o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Ednei Marcelo Miglioli, solicitando que providencie, com urgência, Operação Tapa-Buraco na rua do Piano, na lateral ao Parque Ecológico do Anhanduí, até a Norte-Sul, na cidade de Campo Grande. Na verdade, essa Operação Tapa-Buraco deveria ser na cidade toda, porque Campo Grande virou apenas um buraco. Não há como escapar dos buracos, e muitas pessoas têm reclamado, especialmente neste período em que as chuvas aumentam ainda mais os problemas. Portanto, é necessária uma Operação Tapa-Buraco urgente em toda a cidade. Também solicito ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), uma sinalização para quebra-molas na rua São Nicolau, em frente ao Centro Pedagógico Reino das Crianças, em Campo Grande. Tal pedido se faz necessário, pois no local existe grande movimento de veículos, colocando em risco a vida dos alunos e moradores. Outra indicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a remoção de entulhos localizados na avenida 7 de Setembro com a rua 87, no bairro Nova Campo Grande. Ainda, mais uma solicitação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), solicitando a limpeza do terreno, remoção de mata, lixo e entulhos localizado na rua Milton Insuela, em frente ao n°12, quase chegando na avenida Euler de Azevedo, no bairro Sírio Libanês. De acordo com os moradores do bairro Sírio Libanês, existem inúmeros terrenos abandonados na região, sendo que uma grande área é de propriedade da prefeitura. Mesmo com diversas solicitações para limpeza, nunca foram atendidos. Dessa forma, solicitamos atenção especial aos terrenos do poder público, que deve servir como exemplo para os particulares, que devem ser notificados para realizar a limpeza de suas áreas. Por fim, uma indicação em caráter de urgência à Semadur, solicitando a poda de uma árvore localizada na rua Franjinha, em frente ao Condomínio Figueira II, no bairro Bosque Ávila. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00440/2025); um requerimento (Prot. nº 00441/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 00439/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00433/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00446/2025, 00445/2025, 00444/2025, 00438/2025, 00443/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma cobrança ao Governo do Estado, e gostaria de contar, inclusive, com o apoio de Vossa Excelência e dos demais colegas desta Casa, em relação aos nossos professores convocados. Tenho recebido muitas mensagens, e os professores reclamam do seguinte: primeiro, quando houve aqui aquela votação que reduziu o salário dos professores convocados, a alegação do Governo era de que ele iria estender os contratos por doze meses. Antes, os convocados não recebiam em janeiro, não recebiam a metade em julho, nem recebiam uma parte em dezembro; e aí o Governo estendeu para doze meses, compensando, então, aquela redução salarial que aconteceu. Mas hoje, voltou aquela situação: os professores convocados não estão mais recebendo os doze meses, apenas no período letivo. Então, voltou à situação anterior e, na verdade, quebrou-se um pouco aquele compromisso do Governo do Estado de compensar aquela redução salarial. A outra questão é que nós não tivemos reajuste ainda para os professores convocados este ano. Os professores efetivos estão tendo seus reajustes de acordo com o que foi pactuado e negociado com o sindicato; quanto a isso, tranquilo, está sendo cumprida a lei do piso nacional de salário dos professores. Agora, com relação aos convocados, basta que o Governo edite um decreto — que não precisa passar pela Assembleia — concedendo um reajuste salarial também a eles. Então, eu gostaria de fazer esse apelo ao Governo do Estado. Eu sei que houve alguma tratativa com o sindicato nesse sentido, o Governo ficou de apresentar um índice, mas até agora nada e já encerramos, praticamente, o mês de fevereiro. Acho que seria de bom tom a Assembleia Legislativa fazer gestões junto ao Governo do Estado em favor dessa importante categoria, que é a dos professores convocados, um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras da educação, que prestam um serviço inestimável à educação pública aqui de Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito a Vossa Excelência a avaliação de quórum. Com a palavra, o deputado Hashioka. Transferida. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do senhor César Moreth. O Moreth é vereador do município de Paranaíba. Agradecemos a presença do senhor Peter Saimon, vereador do município de Cassilândia, e do José Divino Francisco, o "Fio do Povo", vereador de Paraíso das Águas. Muito obrigado pela presença na Assembleia Legislativa. Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, rapidamente, quero fazer dois registros. Primeiro: agora cedo, no auditório da Agraer, acompanhado do secretário Jaime Verruck, assumi, no meu caso, representando esta Casa, a participação como membro efetivo do Conselho Estadual da Agricultura Familiar. Uma experiência — é bom que se diga — inédita, deputado Pedrossian Neto, com composição majoritariamente de representação dos movimentos das entidades da agricultura familiar que, com certeza, vai cumprir um papel muito importante no desenvolvimento e no debate de propostas acerca do crescimento da agricultura familiar no nosso estado. O que mostra a sensibilidade — faço questão de registrar aqui porque registrei lá — do governador Eduardo Riedel, somada ao compromisso político e ideológico do governo Lula; isso com certeza dá elementos para

nós avançarmos muito na questão da agricultura familiar no nosso estado. Por último, finalizando, faço um segundo registro: eu recebi do secretário Jaime Verruck, no evento da posse, um estudo socioeconômico da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul. É o primeiro estudo completo, senhor presidente, que trata da realidade da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. É o primeiro estudo completo que trata das características da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, elementos que vão subsidiar também o debate que, este ano, pretendemos avançar na Comissão Permanente da Agricultura Familiar, que eu presido nesta Casa, para contribuirmos com esse novo momento que a agricultura vive. Fiz questão de manifestar todo o carinho e gratidão a Vossa Excelência por ter indicado o meu nome para participar como membro efetivo do conselho. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome da Casa, nós agradecemos ao deputado Zeca do PT e sabemos do compromisso de Vossa Excelência com esta pauta tão importante para Mato Grosso do Sul. Eu solicito ao deputado Pedro Kemp, segundo-secretário, que avalie o quórum para deliberações da Ordem do Dia.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp- PT) — Senhor presidente, temos agora dezenove deputados e deputadas presentes, portanto há quórum para deliberações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu queria, na linha do que o deputado Pedro Kemp apresentou aqui como preocupação, abordar a situação dos professores convocados. Os professores iniciaram o trabalho e estão bastante preocupados, pois temem não receber o salário já deste mês. Há, portanto, a necessidade de uma folha complementar. Recebi, hoje, também com bastante preocupação, a convocação que está sendo feita aos professores das empresas terceirizadas que irão atuar na educação profissional, e inclusive com salários muito abaixo do que os professores convocados já recebem. Além disso, não estão sendo apresentadas, nesse plano, as horas-atividades. Percebemos que há uma preocupação com a precarização do trabalho, agora com essas empresas, pois os professores terceirizados receberam muito menos do que os professores convocados, sobre os quais já temos debatido aqui. Não há, pelo que me parece, obrigatoriedade de horas-atividades, conforme a convocação feita pelas empresas. Vamos precisar acompanhar isso, para garantir que haja planejamento, já que esses professores também precisam de hora-atividade. A convocação está sendo feita simplesmente com valor apresentando por hora-aula e o descanso semanal remunerado. Portanto, no quesito educação e, principalmente, nesta pauta da terceirização do ensino profissionalizante, temos muito debate pela frente, por isso convoco a Assembleia, para que

possamos aprofundar esse debate, pois isso implica diretamente na qualidade da educação. Obrigada, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente, posso fazer uma sugestão? Deputada Gleice Jane, nós poderíamos fazer um requerimento de informações em conjunto sobre essa situação dos professores da educação profissional, que também é uma preocupação. Acho que, na próxima sessão, nós poderíamos apresentar em conjunto esse requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Até para ser mais rápido, se Vossa Excelência concordar, eu queria informar que já estou com o deputado Professor Rinaldo, da Comissão de Educação, e que poderíamos já solicitar essas informações — independentemente de requerimento — na quinta-feira, ao secretário, para que, na semana que vem, a gente possa ter uma resposta da secretaria. Caso haja necessidade de fazer o requerimento, se Vossa Excelência concordar, encaminharemos hoje o expediente para a secretaria.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim, concordamos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu ratifico na íntegra tanto a intervenção do deputado Pedro Kemp quanto a da deputada Gleice Jane. Estive, na semana passada, pessoalmente conversando com ela, e eu gostaria que Vossa Excelência já fizesse também isso em nome de todos nós, pedindo esses esclarecimentos. Eu quero, aqui, senhor presidente, nesta questão de ordem, registrar algo que era para eu ter feito ontem — era para ter protocolado ontem —, ou seja, uma moção de pesar aos familiares de um amigo muito querido, que foi presidente estadual do Partido Social Cristão, o Wilson Joaquim. Ele é genro do Valdir Zorzo, que tem uma empresa chamada Dallas, de bolachas, arroz e trigo; e que nos deixou. O câncer de cabeça do pâncreas foi descoberto e, em pouco tempo ele acabou perdendo a vida em São Paulo. Ele faleceu no dia 21 de fevereiro, final da semana passada. Portanto, eu gostaria, senhor presidente, de deixar registrada esta moção de pesar aos familiares, à Denise, sua esposa, que foi minha colega na Universidade Federal, à Mariana, sua filha, e também à ex-vereadora Juliana Zorzo, que é uma das filhas do Wilson. Hoje está aqui o Jaber, que também foi presidente do PSC, e é um grande amigo que compartilha desse momento de luto. Lamentamos profundamente a perda desse querido mineiro que, na verdade, se tornou sul-mato-grossense, gerando empregos e renda; uma pessoa muito querida! Que Deus possa dar força à Denise e a todos os seus familiares. Portanto, hoje já estarei...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós faremos o registro. E vou solicitar a Vossa Excelência que a mantenha mesmo assim, e protocole a moção para que a gente possa votar e encaminhar oficialmente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — OK!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 036/2025. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 02/2025. "Altera a redação e acrescenta dispositivos ao artigo 3º da Lei nº 6.128, de 31 de outubro de 2023, para ampliar, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o acesso dos beneficiários ao Programa Cuidar de Quem Cuida e às políticas públicas de assistência social". Com a modificação pretendida, será permitida a cumulação do recebimento do benefício deste programa com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o Programa Mais Social, na modalidade de recebimento de cestas de alimentos, e com o Programa MS Supera. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, também, presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, quero apenas cumprimentar o governador pela extrema sensibilidade em enviar este projeto de lei modificando o Projeto Cuidar de Quem Cuida, que, aliás, é um projeto extraordinário! Acho que não há no Brasil uma iniciativa com esse grau de sensibilidade, voltada para as pessoas que dedicam a sua vida a cuidar de outra pessoa. Quem tem um filho com Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista ou Paralisia Cerebral, ou uma criança acamada, com dificuldade de locomoção, de alimentação, se alimentando por sonda enteral, sabe o quanto essas famílias enfrentam desafios. Muitas dessas pessoas passam a vida inteira se dedicando a outro ser humano, seja um filho, um parente ou uma pessoa querida. E essa pessoa também precisa de cuidado, porque, muitas vezes, sai do mercado de trabalho e deixa de exercer qualquer atividade remunerada. O projeto tem esse mérito: olhar para essas pessoas de maneira diferenciada. O que estava acontecendo – e isso foi relatado por muitas mães atípicas em nossa comissão – era a dificuldade dessas pessoas, dessas mães e desses cuidadores, de usufruírem do Cuidar de Quem Cuida. Isso porque havia uma proibição de acumulação com outros benefícios. Por exemplo, se a família recebia uma simples cesta de alimentos do Mais Social ou se o filho estava incluído no MS Supera, ela não poderia receber o Cuidar de Quem Cuida. Mas sejamos realistas: quem cuida de uma criança com necessidades especiais, como Paralisia Cerebral... Vocês sabem o quanto é necessário investir em cuidados, recursos e equipamentos? Não é o simples recebimento de uma cesta básica que deveria impedir o acesso ao benefício. Então, o Governo, atento a essa realidade, corrigiu essa vedação que excluía muitas famílias. Parabéns ao governador! Excelente alteração! Recomendo o voto sim a todos os nossos deputados e aproveito para fazer uma sugestão: o programa já é muito bom, mas precisa ser

aperfeiçoado. Não são apenas as pessoas com deficiência que necessitam desse amparo. E os cuidadores de idosos com Alzheimer? E aqueles que cuidam de um pai ou mãe com Parkinson ou outro tipo de demência? E quem cuida de um filho ou parente que sofreu um acidente e se tornou tetraplégico? Então, por que o 'Programa Cuidar de Quem Cuida' não ser destinado também a essas pessoas? Eu estou advogando a tese de que devemos ampliar o projeto. Apresentei uma emenda modificativa para que o programa alcançasse essas hipóteses, mas foi rejeitada na CCJR. Até entendo a motivação, porque teria vício de iniciativa; por isso agora estou colocando um novo programa, alterando o existente, que seria de competência exclusiva do governador do estado. Aceito a argumentação sobre a vedação legal para que nós, da Assembleia Legislativa, fizéssemos essa alteração, mas seria muito importante que o programa fosse alterado, para que pudesse ser mais amplo e cuidasse de todas as pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) – Encerrada a discussão. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, não tem problema nenhum — e me permito falar em nome da bancada do PT — em votar favoravelmente, não só com relação a este projeto, que junta dois programas estratégicos: um do estado, e o BPC, do governo federal, como também aos outros dois relacionados aos auxílios às famílias vítimas de feminicídio. Até porque fomos nós — no meu governo, ou melhor, no nosso governo — que, em 1999, começamos a cuidar da assistência social deste estado de forma verdadeira, como assistência social e não como assistencialismo. São programas que até hoje estão na memória do nosso povo mais pobre, como Segurança Alimentar e Bolsa Escola — criado pelo deputado Pedro Kemp enquanto era meu secretário de Educação —, além do Cursinho Popular, da Bolsa Universitária, do Banco do Povo e de tantos outros que garantiram dignidade e cidadania à nossa gente. Fomos nós, ninguém mais. Portanto, senhor presidente, senhores deputados e deputadas, temos o viés — respeitando a opinião de todos — da inclusão social e da dignidade humana. Como nós, particularmente no campo progressista, temos esse grande compromisso, eu me permiti discutir este tema. Precisamos encontrar, e pedir à assessoria jurídica do meu gabinete que estude, deputado Pedro Kemp, mecanismos para criarmos critérios de acompanhamento e fiscalização nos municípios com relação aos programas sociais. É sabido que prefeitos, prefeitas, primeiras-damas, vereadores e vereadoras manipulam esses programas em benefício eleitoral, para eleger vereadores de direita, sem absolutamente nenhum compromisso com a assistência social. Aliás, esse debate já me levou algumas vezes a Brasília e, no mês que vem, voltarei ao lado do ministro Wellington Dias, grande amigo, para discutir com ele a necessidade de o Governo Federal criar uma superintendência que impeça a extrema direita de manipular esses programas — o que, evidentemente, não é o caso do meu amigo Zé. Portanto, quero dizer a Vossa Excelência e a quem me escuta que votamos favoravelmente. Deputado Pedro Kemp, apresentaremos aqui, em nome da bancada do PT, um projeto de lei que cria mecanismos de fiscalização por parte da sociedade civil e dos movimentos organizados, para evitar a manipulação eleitoreira e criminosa daqueles que querem ver os pobres votando neles a qualquer custo. Obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir ainda, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discussão do projeto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — O deputado tocou num ponto focal, que é a questão da fiscalização e do monitoramento de como estão acontecendo esses programas nos municípios. Hoje, tivemos uma reunião de extrema importância. A deputada Gleice Jane compareceu, junto ao deputado Junior Mochi; o deputado Professor Rinaldo estava lá também, e havia um assessor do deputado Paulo Duarte. Foi a reunião em que propusemos, e a Patrícia atendeu ao convite e veio hoje nos expor como está sendo o planejamento desses projetos de lei que foram enviados aqui para a Assembleia, e de como a secretaria tem feito um levantamento de dados, inclusive de monitoramento desses projetos sociais que estão acontecendo no estado. Ela inclusive está criando um setor de fiscalização, e acho que isso é de extrema importância, pois é monitorado e tem inteligência artificial, para que realmente possa detectar, inclusive, informações distorcidas. Ela nos informou hoje sobre casos de pessoas que foram cortadas do Programa Mais Social por não estarem dentro dos requisitos. Os dados foram cruzados, e a visita "in loco" revelou situações absurdas, como funcionários públicos recebendo o benefício e pessoas com "carrões", que claramente não se enquadravam no perfil do programa. Diante disso, quero registrar que nos sentimos atendidos pelas explicações, informações e dados apresentados pela secretária Patrícia. O deputado Junior Mochi também fará uso da palavra para reforçar exatamente o que o deputado Zeca do PT destacou: as ações que estão sendo realizadas atualmente dentro da secretaria. E é isso mesmo: precisamos monitorar e garantir que esses recursos cheguem, de fato, às pessoas que mais necessitam. Hoje, inclusive, a secretária nos trouxe um dado alarmante: ainda há dezesseis mil pessoas vivendo em extrema pobreza no estado. A secretaria está empenhada em alcançar essas pessoas que estão fora de todos os programas sociais — como ribeirinhos e comunidades de difícil acesso — e que, muitas vezes, não conseguem sequer obter informações sobre seus direitos, permanecendo completamente abaixo da linha da pobreza. Dessa forma, eu me sinto plenamente atendida pelas informações apresentadas hoje. E esse é apenas o começo. Inclusive, ficou acordado que nossa comissão terá reuniões periódicas para que possamos interagir não apenas com o órgão do governo, mas também com as prefeituras. É fundamental que prefeitos, prefeitas e gestores da assistência social, da saúde e da educação estejam integrados, garantindo que esses programas contem com a participação do município e um olhar atento sobre a importância do combate à pobreza. Esse foi o ponto central da reunião de hoje. Apenas isso, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Em discussão, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero apenas fazer dois esclarecimentos. Primeiro: estamos votando aqui apenas uma alteração do projeto. Estamos votando a constitucionalidade e apenas uma alteração, que é a que permite a cumulatividade. O Programa Cuidar de Quem Cuida não permitia a cumulação, agora estamos votando a cumulatividade com outros programas sociais, sejam eles federais ou não; acho que isso é importante. Segundo: quero apenas reforçar que concordo em número, gênero e grau que todo programa tem que ter fiscalização e acompanhamento para aqueles que realmente precisam. Entretanto, hoje fiquei extremamente surpreso positivamente ao participar da reunião, onde ouvi a secretária falar sobre o cruzamento de dados que indicou, inclusive, que há dezesseis mil oitocentas e cinquenta e uma famílias que ainda estão abaixo da linha de pobreza, com as localizações mapeadas. Essas pessoas não acessaram o Cras, porque elas não têm o Número de Identificação Social (NIS), então é importante que o Estado esteja com as ferramentas e o diagnóstico preciso para poder identificar realmente aqueles que não usam, mas abusam dos benefícios sociais que recebem, seja do Governo do Estado ou do Governo Federal, como os recursos de Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou como o Mais Social. Este, especificamente, apenas permite a cumulatividade, pois é um programa voltado para a pessoa do cuidador, portanto, não pode ser misturado com outros. Temos um programa destinado à família, para atender os filhos na escola, mas este é exclusivamente para o cuidador — aquele que dedica sua vida para cuidado de outrem. Só isso, senhor presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, só quero complementar as falas da deputada Mara Caseiro e do deputado Junior Mochi. Eles já explicaram muito bem a ampliação do programa. Mas também quero parabenizar a Secretaria de Estado de Assistência Social, na pessoa da secretária Patrícia. Eu acompanhei esse levantamento para saber como o estado fez para levantar os invisíveis. O CadÚnico, cadastro do Governo Federal que é feito em parceria com os municípios, tem muitas falhas, muita informação inverídica, muita informação de gente cadastrada que não deveria estar lá; e, pior: muita gente que deveria estar cadastrada e recebendo benefício — os chamados "invisíveis" — não estão em nenhum programa. A Secretaria Estado de Assistência Social — eu acompanhei porque esse programa começou quando eu ainda era secretário de Governo — convocou e contratou uma equipe que fez visitas "in loco" em todos os municípios do estado, levantando a quantidade de pessoas que não estavam atendidas e que realmente estariam dentro da linha da pobreza. Então, esse levantamento que hoje a secretária Patrícia apresentou na reunião é preciso para identificar as pessoas que precisam ser assistidas pelo Estado; e a ampliação do Programa Cuidar de Quem Cuida é um dos projetos. Nós vamos votar daqui a pouco um outro projeto social também importante, para as mulheres que estão à frente de famílias. Então, é um trabalho preciso. Eu concordo com a secretária Patrícia: precisamos atender quem precisa ser atendido e

excluir aqueles que estão recebendo de forma irregular. O CadÚnico é muito grande, é um programa que atua para atender o Bolsa Família e também vinha atendendo o Mais Social. Agora, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, de forma dirigente, tem agora o seu próprio cadastro, que identificou quem efetivamente precisa e vai ser atendido. Então, divergindo do deputado Zeca do PT, temos que parabenizar, sim — claro que quanto mais ampliar, melhor, deputado —, porque o trabalho que o Governo do Estado vem fazendo com esse levantamento preciso e com esses programas da Secretaria de Estado de Assistência Social está melhorando a vida das pessoas que realmente precisam. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu fico muito feliz de votar aqui esse projeto, até porque fui eu que levei a proposta para o governador, de criar o Programa Cuidar de Quem Cuida, para justamente atender as pessoas que deixam tudo: estudo, faculdade, deixam um trabalho de lado para se dedicar vinte e quatro horas ao cuidado de uma pessoa que é dependente, que tem uma deficiência grave, uma doença rara, uma síndrome, que necessita de cuidados constantes. O que aconteceu foi que, no primeiro ano da implantação desse programa, o governo estabeleceu um limite de duas mil pessoas atendidas no primeiro ano, podendo até ampliar depois. Mas, para minha surpresa, em setembro ou outubro, conversando com a secretária de Estado de Assistência Social, ela me disse: "Deputado, nos ajude a divulgar, porque ainda temos muitas vagas para completar as duas mil". O que eu verifiquei que estava acontecendo? Muitas pessoas que procuravam ter acesso a esse programa não podiam receber porque o filho, por exemplo, tinha o BPC, ou a família recebia o Mais Social, ou recebia um programa de segurança alimentar. Então, como o programa não era cumulativo, nós tínhamos pessoas, inclusive muito necessitadas, que não podiam receber o Cuidar de Quem Cuida. Agora, esse projeto que o governador encaminhou para a Assembleia faz justiça e corrige aquela — vamos dizer assim: não é uma falha — situação que estava impedindo muita gente de ter acesso ao programa. E como já foi bem dito aqui, deputado Pedrossian Neto, a pessoa que tem uma deficiência grave ou que tem uma doença rara também significa uma despesa muito alta, muitas vezes, para a família, com remédios, com insumos e com dieta especial. E, às vezes, os programas que a família recebe não são suficientes para fazer frente a todas essas despesas. Agora, lembrando que o Cuidar de Quem Cuida é para o cuidador, é para aquela pessoa que abriu mão de tudo na sua vida e que não tem um rendimento. Esse é o objetivo desse programa. Fico muito feliz com essa adequação do programa, com esse projeto que vai possibilitar que muitas outras pessoas recebam esse benefício, e que a gente, inclusive, possa aperfeiçoá-lo ainda mais. Como foi dito aqui pelo meu xará, o deputado Pedro Pedrossian, seria importante estender o programa para cuidadores de

pessoas idosas, acamadas, pessoas que tiveram AVC ou que têm Alzheimer, porque também elas requerem cuidados especiais constantes. Então, o cuidador, o membro da família que se dedica a essa pessoa, também merece e precisa desse auxílio. Era isso, senhor presidente. Fico muito feliz que o Governo tenha encaminhado esse projeto.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar voto, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim. É um projeto muito importante e maravilhoso do governador Eduardo Riedel e da Patrícia Cozzolino, que é a nossa secretaria de Estado de Assistência Social.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 036/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de registrar e agradecer a presença da senhora Cintia Raquel Faustino, coordenadora administrativa do Hospital Auxiliadora; do senhor Júlio Cesar Souza, vereador do município de Guia Lopes da Laguna; do senhor Ariclenes Penha Cobra, vereador do município de Guia Lopes da Laguna; e da senhora Daniela Mecaro, diretora de projetos do Hospital Auxiliadora, que também está presente em nosso auditório. Obrigado pela presença. Ainda em votação. Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, computando os votos dos deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 037/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Recomeços, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". O programa tem o objetivo de conceder apoio financeiro de um salário mínimo vigente às mulheres vítimas de violência doméstica que, em decorrência da violência sofrida, estejam em situação de acolhimento na Casa Abrigo para Mulheres. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu gostaria apenas de fazer algumas pontuações. Nós propusemos esse projeto, e a diferença é que o nomeamos como instituição de um programa chamado Aluguel Social, como já foi feito em outros estados, inclusive com um texto semelhante. Se pegarmos o artigo 1° do nosso projeto e o artigo 1°do Projeto nº 037 do Governo, veremos que o nosso foi proposto em 2023; e eu só não o soltei com receio de que não passasse na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O artigo 1°do nosso projeto institui o programa social com destinação de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. O artigo 1° do Governo diz que institui o Programa Recomeço — um programa também — no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul — é a mesma redação — com o objetivo de conceder apoio financeiro, no valor de um salário mínimo vigente, às mulheres vítimas de violência doméstica, em decorrência da violência sofrida. Isso mostra a conexão, a relação e a interdependência entre os textos. Além disso, no artigo 10 desse projeto do Governo, há a autorização ao chefe do Poder Executivo para proceder à abertura de crédito adicional e suplementar no orçamento do exercício de 2025, consignando as dotações orçamentárias ainda para exercícios subsequentes. Isso visa viabilizar o projeto e garantir a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. São textos importantes, com o mesmo objetivo, que se referem a proteger as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul. Já fico satisfeito com a ressalva e a resposta que Vossa Excelência deu na questão de ordem. Então, aproveito a discussão para cumprimentar o Governo por ter feito esse projeto importante. Acho que isso ajudará muito as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul. É uma oportunidade, ainda que de maneira letárgica, de cumprimentar o Governo. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro o cumprimento ao Governo por Vossa Excelência. Ainda em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, foi justamente por isso que pedi que a nossa secretária viesse até esta Casa para nos trazer mais informações e esclarecer dúvidas. Uma das questões que eu realmente tinha com relação a esse projeto já foi mencionada pelo deputado João Henrique, que apresentou uma proposta voltada ao aluguel social para vítimas de violência. Da mesma forma, também tenho um projeto de enfrentamento à violência doméstica, no qual está previsto o aluguel social para essas vítimas. No entanto, é essencial deixar claro que não se trata de um benefício universal para todas as mulheres em situação de risco. Para evitar qualquer falsa impressão, é preciso enfatizar que esse auxílio está direcionado especificamente à Casa Abrigo de Campo Grande — a única que existe em Mato Grosso do Sul. Eu entendi bem o sentido do pensamento e do planejamento da secretaria. Hoje, para mapear essas mulheres que vivem uma situação crítica, está sendo resolvido um problema pontual: são

aquelas que estão abrigadas em Campo Grande e que, ao deixarem o local, precisam de uma perspectiva de futuro e de um suporte financeiro para recomeçarem suas vidas. Esse benefício foi criado justamente para isso, integrando o trabalho contínuo da secretaria na implementação de políticas públicas voltadas ao combate ao feminicídio e à quebra do ciclo de violência. Portanto, essa medida atende, neste momento, especificamente as mulheres que estão na Casa Abrigo. Reforço que, atualmente, há apenas uma unidade no estado, localizada em Campo Grande. Deixar isso claro é fundamental para evitar a ideia equivocada de que todas as mulheres vítimas de violência terão acesso imediato ao aluguel social. Esse é um primeiro passo, uma iniciativa importante. E, a partir desse projeto piloto, será possível expandir essa política para outros municípios. Apenas isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para complementar a fala dos colegas, senhor presidente, quero falar da importância desse projeto, sobretudo neste momento em que vive Mato Grosso do Sul, nesta discussão. Fiquei muito impressionado com os números da violência contra a mulher, sobretudo na última reunião que tivemos na presidência, discutindo com outras instituições, que, no nosso Estado de Mato Grosso do Sul foram registrados vinte e dois mil boletins de ocorrência de violência doméstica contra a mulher, e, apenas na cidade de Campo Grande, cinco mil medidas protetivas concedidas nos últimos doze meses para as mulheres. Então, é uma verdadeira epidemia de violência contra a mulher, algo absolutamente inaceitável para uma sociedade civilizada e para um estado que quer cuidar das pessoas. Não podemos tolerar isso. Vejo, então, que o governador Eduardo Riedel dá uma resposta à altura dos nossos problemas, com um programa extremamente sensível. Deputado João Henrique, veja que estamos com a mesma visão de pensamento. Vossa Excelência propôs um aluguel social que, na ocasião, foi rejeitado. Não foi rejeitado? Mas, se fosse apresentado por algum deputado, haveria vício de iniciativa, porque cria um programa; e, naturalmente, isso é prerrogativa do Executivo, criar programas, sobretudo que geram despesas. Porém, quero dizer o seguinte: estamos caminhando no sentido correto, e, além de conceder um salário mínimo para essas mulheres, o programa ainda oferece mais quatro salários mínimos, para que a mulher possa comprar equipamentos para mobiliar sua casa. Porque não adianta só dar um salário mínimo se a mulher não consegue comprar o fogão, a geladeira ou roupas de cama para mobiliar a sua casa. É um programa extremamente sensível, que visa realmente ajudar. Pensando aqui, senhor presidente, temos, em caráter nacional, a Lei Maria da Penha, que ilustra um caso específico de violência contra a mulher. E tudo isso aconteceu por conta de tudo que aconteceu, também, com a jornalista Vanessa Ricarte. Bem poderia esta lei homenagear a nossa jornalista e ser chamada — aqui na Casa —, além do Programa Recomeços, a Lei Vanessa Ricarte. É uma sugestão que faço aos nossos colegas. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Zé Teixeira solicitou primeiro. Depois eu concedo pela ordem para Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Estou achando esse projeto muito interessante, porque todo investimento do poder público no bem-estar das pessoas, especialmente das que mais necessitam, é, antes de tudo, uma questão de humanidade. Ouvi a explicação da deputada Mara Caseiro e a achei muito coerente. Esse é um projeto voltado para pessoas que já estão acolhidas e que, ao saírem, terão uma oportunidade para recomeçar suas vidas. Enquanto escutava, fiquei refletindo. Recentemente, visitei os asilos de idosos em Maracaju, onde há pessoas de setenta a oitenta anos, amputados, vítimas de AVC — e quem sustenta essas instituições é a sociedade, sempre recorrendo a doações. Em Dourados, os asilos abrigam mais de cem idosos; em Caarapó, a situação é semelhante. Diante disso, penso que, quando uma pessoa tem idade, oportunidade e condições para trabalhar, a maior dignidade que o Governo poderia oferecer seria justamente a chance de um emprego ao sair do acolhimento — nem que fosse para limpar escolas ou atuar como merendeira, sem a necessidade de um processo seletivo complexo. O deputado Pedrossian Neto mencionou a necessidade de mobiliar a casa: comprar fogão, geladeira, gás, cama, lençóis. Mas ele esqueceu do mais importante: a comida. Sem alimentação, nada disso adianta. Se analisarmos os custos desse investimento — aluguel, móveis, eletrodomésticos e alimentação —, veremos que o valor é muito alto. Nos Estados Unidos, uma pessoa ganha quatro mil dólares, gasta dois mil para viver e ainda tem outros dois mil para usar como quiser. No Canadá, a renda média é de três mil dólares, dos quais dois mil são destinados ao custo de vida, sobrando mil para outras despesas. Já no Brasil, a lógica se inverte: a pessoa gasta dois mil reais, ganha mil e precisa "se virar" em conseguir outros mil para complementar sua sobrevivência. Quando Vossa Excelência visita instituições como Cotolengo, Pestalozzi, Apaes e asilos de idosos, percebe que essas entidades não são sustentadas pelo Estado, mas pela sociedade. Até mesmo para garantir a continuidade dos convênios com professores da Apae, foi preciso uma articulação inteligente do deputado Pedro Kemp, com quem também trabalhei em parceria. São professores de carreira, especializados, e esses convênios precisam ser renovados anualmente sem burocracia excessiva, para que o atendimento não seja interrompido. Acredito que esse programa é extraordinário, e a explicação da deputada Mara Caseiro foi bastante clara. Caso contrário, poderíamos correr o risco de criar distorções: um casal poderia, por exemplo, simular uma agressão doméstica, registrar um boletim de ocorrência e buscar o benefício indevidamente. Isso acabaria desvirtuando o propósito do programa. É como a reforma agrária: quantos coronéis, doutores, deputados estaduais, federais e senadores não possuem terras destinadas a esse fim? Programas assim começam com um objetivo legítimo, mas, sem fiscalização adequada, acabam não chegando a quem realmente precisa. Diante disso, reforço que a explicação da deputada Mara Caseiro foi a mais convincente para mim. O projeto é extraordinário e tem o meu apoio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pela oportunidade, presidente. Ainda no tempo de discussão, quero apenas fazer uma correção, de caráter técnico, à fala do deputado Pedrossian Neto. Em primeiro ponto, esse projeto que nós apresentamos, deputado — o nº 35/2023 —, não foi apreciado; ele está tramitando na Casa, e ele estava com pedido de vista. E, diante do caso da Vanessa, a gente entendeu ser uma janela de oportunidade para a discussão desse projeto. Ele voltou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça após a retirada do pedido de vista. E o Regimento diz que ele tem que ser anexado, por ter matéria conexa e interdependente e por ser o mais antigo. Então ele deve preponderar.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apensado!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Isso é o que diz o nosso Regimento. E, para finalizar, tenho algo sobre a fala de Vossa Excelência, quando diz que nós não temos ou não teríamos competência para legislar sobre programas. A Constituição do Estado, no artigo 62, inciso III, diz que a competência é da Casa para legislar sobre programas estaduais de desenvolvimento ou regionais. Então, o meu grande receio era que a ausência do estudo de impacto financeiro ou a imposição de criação de despesa no orçamento fosse uma barreira na CCJR. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha entendido, em diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, que não é um vício de inconstitucionalidade você impor ao Executivo a criação de despesa, porque entende-se que nós temos o orçamento nas mãos, e o que nós não podemos é surpreender o Poder Executivo dentro daquele exercício. Então, desde que fique para o próximo, isso não gera um vício. Tanto é verdade que, neste mesmo projeto do Governo, a gente corrige e autoriza o governo, no artigo 10, a criação de crédito adicional e a consignação de dotação orçamentária no exercício subsequente. Então, estamos também ajudando o projeto do Executivo a se amoldar ao caso concreto e implementar o programa. Algo que é muito mais importante do que o meu projeto e o projeto do Governo é ter a política pública. Então, essa é apenas a fala que faço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A questão de ordem já está atendida, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Em discussão, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, primeiramente, quero parabenizar, em especial, a doutora Patrícia, que esteve aqui hoje para nos apresentar o projeto. Além de explicá-lo detalhadamente, ela demonstrou sua sensibilidade ao visitar pessoalmente esses espaços e observar a necessidade de políticas públicas mais efetivas

para as mulheres. É fundamental esclarecer — como já destacou a deputada Mara Caseiro — que este programa atende exclusivamente as mulheres acolhidas na Casa Abrigo. Atualmente, essa unidade está localizada em Campo Grande e atende, predominantemente, mulheres da própria capital. Segundo a doutora Patrícia, a Casa Abrigo abriga, em média, dez mulheres junto com suas crianças, ou seja, o número de beneficiárias desse programa ainda é muito pequeno. Lembro também que, embora estejamos discutindo esse tema muito em função do caso da jornalista Vanessa, essa realidade não é nova. Em 2013, a CPI da Violência contra as Mulheres realizou uma audiência pública aqui em Mato Grosso do Sul, justamente porque nosso estado já apresentava índices alarmantes de violência de gênero. Foi esse contexto que levou à criação da Casa da Mulher Brasileira e que, agora, justifica a implementação de mais três unidades, porque Mato Grosso do Sul continua sendo um dos estados com maior incidência de violência contra as mulheres, o que torna essa política pública ainda mais essencial. Acredito que este projeto seja um primeiro passo importante, mas precisamos ampliar esse debate para alcançar mais mulheres. No entanto, além de políticas de acolhimento e proteção para vítimas, também precisamos pensar em medidas que mudem a mentalidade social e institucional, para que possamos, de fato, reduzir a violência contra as mulheres. Para finalizar, destaco um dado alarmante: somente no mês de fevereiro, seis mulheres já foram assassinadas no Mato Grosso do Sul, sendo que apenas uma era da capital. Isso reforça a urgência de fortalecer e expandir políticas públicas voltadas a esse tema, por isso parabenizo a doutora Patrícia e a Secretaria de Estado de Assistência Social pela iniciativa, e reforço a importância de ampliarmos esse projeto imediatamente, para que mais mulheres possam ser atendidas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença da senhora Lourdes do Povo; de Júnior Batista de Moura; de Daniel Hilário; e do Professor Daniel, todos vereadores do município de Vicentina. Agradecemos também a presença de Leonilda Cândido Batista; de Denis Diogo dos Santos; e de Elisângela Farias, vereadores do município de Fátima do Sul; além de Ronaldo Batista de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul. Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo, a Casa da Democracia Sul-Mato-Grossense. Ainda em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 037/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o Projeto Recomeços. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal.

Projeto de Lei nº 038/2025. Autor: Poder Executivo. (Acordo de líderes). Mensagem nº 04/2025. "Institui o Programa de Apoio à Mulher Trabalhadora e Chefe de Família, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". O projeto pretende criar um novo programa social, com o objetivo de conceder apoio financeiro às mulheres beneficiárias do Programa Mais Social, responsáveis por famílias monoparentais, em situação de vulnerabilidade social e econômica, visando: (I) à promoção do cuidado das crianças que estejam sem vagas nas unidades escolares municipais; e (II) ao acesso e à permanência das mulheres no trabalho, além do incentivo ao ensino. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 038/2025 de autoria, do Poder Executivo. (Acordo de líderes).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Seis requerimentos, vinte e quatro indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Desejo a todos os deputados um bom Carnaval, e peço que não esqueçam dos projetos que temos nas comissões de mérito, para que estejam aptos para a próxima quinta-feira. Agradeço a todos pelo trabalho e pelo empenho nas comissões de mérito. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h16min).